

O Sul da América Latina: um Estudo de Geopolítica

José Manuel Freire Nogueira

Oficial do Exército no ativo entre 1969-2006, foi professor do Instituto de Altos Estudos Militares e subdiretor do IDN. Mestre em Estratégia (ISCSP) e Doutor em Relações Internacionais (UNL) publicou ou colaborou em vários livros e artigos publicados em Portugal, Espanha, Brasil, Itália e Roménia. Nos últimos anos tem sido professor do ensino superior, e desde 2013, presidente da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Resumo

Desprezada pelos seus vizinhos do Norte como uma América inferior, a América do Sul foi, de facto, colonizada por Portugueses e Espanhóis de uma forma muito diferente daquela que ocorreu a Norte. Mas não só: as duas colonizações também diferiram bastante entre si, revelando diferentes concepções do espaço, mas também obedecendo aos gigantescos ditames da geografia sul-americana. Desta forma, quando libertos da tutela europeia os povos acabaram por organizar-se em várias unidades políticas que, com exceção do Brasil, resultaram da fragmentação, muitas vezes violenta, das unidades administrativas da coroa espanhola.

Sem elites, sem formação política, estes Estados frequentemente prodigiosamente ricos em recursos, foram presa fácil de poderes exteriores. De facto, em muitos casos a independência política não passou de uma realidade virtual.

Sempre desunida perante as crises que abalaram o mundo e o próprio subcontinente, mau grado a plethora de organizações multilaterais constituídas, a América do Sul que conheceu alguns sucessos políticos e económicos nas duas últimas décadas, enfrenta hoje o risco de desintegração das iniciativas que permitiram estes sucessos e, como é de regra, alinha-se de novo em dois campos. Continuará a ser um arquipélago de nações?

Abstract

The South of Latin America: a Geopolitics Study

Despised by its northern neighbors as an inferior America, South America was, in fact, colonized by the Portuguese and Spanish in a very different way from that which occurred in the North. But not only: The two settlements also differed widely, revealing different conceptions of space, but also obeying the gigantic constraints of South American geography. In this way, when freed from European tutelage, the peoples eventually organized themselves into various political units which, with the exception of Brazil, resulted from the often violent fragmentation of the administrative units of the Spanish crown.

Without elites, without political formation, these often prodigiously wealthy states were easy prey to external powers. In fact, in many cases political independence has been nothing more than a virtual reality.

Always disunited when facing the crises that have shaken the world and de subcontinent, despite the plethora of established multilateral organizations, South America, which has experienced some political and economic successes in the last two decades, today faces the risk of disintegration of the initiatives that have allowed these successes and, as it is usually aligned again in two fields. Will it continue to be an archipelago of nations?

Um arquipélago de países desconectados entre si...

Eduardo Galeano, 2010

Os Preconceitos, a Geografia e a História

A geografia e a cultura dos EUA conjugaram-se para produzir uma grande potência. Na América do Sul, ambas se parecem ter conjugado para produzir a fragmentação e a ineficácia (Marshall, 2017, p. 202). De facto, qualquer análise desapassionada não pode deixar de concluir que, no xadrez da grande geopolítica mundial, o subcontinente sul-americano, falho de união e poder intrínseco, continua a ser uma zona de importância secundária.

Mais adiante, falar-se-á da geografia e do seu enorme peso no destino da América do Sul e estabelecer-se-ão algumas comparações. Mas é impossível olhar para o gigantesco subcontinente sem estabelecer outras comparações com o seu vizinho do Norte: talvez o fator humano mais importante resulte dos diferentes tipos de colonização a que ambos foram sujeitos. No Norte, a imigração deu-se por famílias inteiras a quem os EUA independentes distribuíram ou venderam terras – os célebres 160 acres – para ocupação e colonização. No Sul, a cultura do Velho Mundo concentrou a propriedade num pequeno número de senhores com a consequente multidão de servos, ao mesmo tempo que desencorajava a imigração de mulheres europeias (Landes, 2002, pp. 348-370).

As diferenças de religião e as crenças nas virtudes da ética protestante¹ exacerbaram as diferenças e distorceram as percepções. Na verdade, existe no Norte uma crença supremacista bem expressa na história contada por Philip Kelly que assistiu a um congresso onde um distinto brasilianista contou que, alegadamente, no século XVIII, de dois navios carregados de puritanos, um foi desviado da sua rota e aportou numa ilha tropical nas Caraíbas. Enquanto os que desembarcaram no Massachusetts se tornaram prósperos agricultores, os que o destino conduziu aos trópicos acabaram por se transformar em piratas (Kelly, 1997, p. 195). Uma fábula significativa...

Muito mais tarde do que a época em que, alegadamente, se deu o referido episódio, o mesmo raciocínio, desta vez ao nível político: o célebre George Kennan², conhecido como o “pai da contenção”, visitou a América Latina depois da Segunda Guerra Mundial e, num memorando para o secretário de Estado Dean Acheson, preconizou uma política radicalmente diferente daquela que recomendava para conter a União Soviética. Considerando que o comportamento humano e as insti-

1 Muito mais tarde teorizadas pelo alemão Max Weber.

2 George Frost Kennan (1904-2005), diplomata norte-americano, escreveu, a partir da embaixada dos EUA em Moscovo em 1946, um telegrama de 8.000 palavras, historicamente conhecido por *Long Telegram*, advogando a “contenção” da URSS, ao invés do afrontamento direto.

tuições existentes eram demasiado fracas para resistir ao comunismo, recomendava uma política de dureza e domínio, reconhecendo que os métodos a utilizar não seriam compatíveis com os conceitos americanos de democracia. Reconhecia mesmo que a política se deveria basear, não no esclarecimento dos regimes, mas na sua corruptibilidade (Tokatlian, 2015).

É tempo de considerar a geografia e as características geoclimáticas do subcontinente. Elas derivam, em grande parte da presença da cordilheira dos Andes, a mais extensa do mundo que se estende de Norte a Sul por 7.250 km junto da fachada ocidental, deixando apenas uma estreita fímbria de território até ao Oceano Pacífico.

Esta particularidade orográfica tem várias consequências: os grandes rios do subcontinente – com exceção do Paraguai, do Paraná e do São Francisco – nela nascem e dela se dirigem para o Oceano Atlântico formando imensas bacias hidrográficas. A mais notável de entre elas é a também gigantesca bacia do Amazonas – a maior do mundo, com quase 7 milhões de km², que debita no oceano um quinto de toda a água doce do planeta –, que ocupa quase um terço de toda a superfície da América do Sul; em contraste, do outro lado dos Andes, os pequenos rios que descem para o Pacífico são praticamente irrelevantes numa costa que é de um modo geral abrupta, a ponto de não existir sequer uma plataforma continental. Resultado: na costa do Pacífico não existem nem grandes estuários nem grandes portos.

Este último aspeto representa uma das muitas injustiças da natureza, já que é igualmente a Leste dos Andes que se situa o terreno mais abençoado de todo o continente: a extensa, fértil e irrigada zona de planície no Cone Sul servida pela Bacia do Prata que desemboca num extenso estuário de fácil acesso ao Atlântico, ao contrário de outras zonas mais a Norte em que uma geografia madrastra coloca grandes dificuldades à comunicação do interior com o mar. De facto, a “Grande Escarpa” do Brasil que se estende desde a Serra do Mar no Sudoeste até ao atual Estado de Minas Gerais, isola as zonas costeiras do interior – exceto nos locais em que as fraturas ou erosões daquela Escarpa tiveram lugar –, fazendo igualmente, com que muitos rios corram para o Ocidente.

Valerá a pena mencionar ainda uma característica da morfologia da cadeia andina e dos planaltos de grande altitude que nela encaixam. No Norte, a cadeia divide-se em três, no centro em duas e apenas no sul se encontra uma única linha de crista. Como resultado, nesta zona norte, os dois planaltos setentrionais e o planalto mais a sul são habitáveis e constituem zonas de unidade. Apenas no sul da cadeia, onde não existem planaltos, a cadeia é suficientemente alta, estreita e inabitável para constituir uma barreira (Cohen, 2003, p. 363).

Embora se estenda por 8.000 km no sentido Norte-Sul e por cerca de 5.000 km no sentido Este-Oeste, a América do Sul ocupa apenas 18% do total das terras emersas do planeta, cerca de metade da área do continente africano.

A sua grande dimensão no sentido dos meridianos dá origem a uma grande variedade de climas e, logo, coberturas vegetais muito diversas, desde o Nordeste caracterizado pelo pesado clima equatorial, até ao clima temperado daquilo que hoje se chama o Cone Sul, passando pelo clima de montanha e também pelo desértico e ainda pelo polar. Mas talvez o mais significativo para a vida das pessoas é a enorme mancha de floresta tropical húmida – ocupa 51% de todo o subcontinente – que se constitui como o bioma mais desfavorável à vida humana, com o seu clima opressivo, e terreno alagadiço que conduz à abundância de insetos nocivos e a dificuldades de construção (Friedman, 2012).

Noutros pontos, a benignidade do clima e a riqueza do solo proporcionaram condições muito favoráveis ao desenvolvimento e geraram fortes assimetrias. Tudo isto condicionou e ainda condiciona a ocupação humana do território e ainda hoje a grande maioria da população se concentra junto às costas³ e todo o subcontinente se caracteriza pelo isolamento do interior e pelas gerais dificuldades de comunicação.

A influência destes fatores geográficos – que continua, aliás, a fazer-se sentir nos dias de hoje – condicionou, desde o início, a ocupação do espaço e logo, a segmentação administrativa dos colonizadores que constituiu o cadinho dos Estados hoje existentes.

Essa segmentação pode ser descrita como descentralizada em vários vice-reinos – Nova Granada, Peru e Prata, na América do Sul, e Nova Espanha na América Central – e outras entidades menores no caso da coroa espanhola, e como centralizada num único governo-geral no caso da coroa portuguesa, refletindo também a diferente perceção do espaço de portugueses e espanhóis (Nogueira, 2018, pp. 51-64).

Nestes termos, a divisão político-administrativa, conjugada com a imensidão dos espaços, a quase inexistência de vias de comunicação, as dificuldades de transposição das montanhas, das florestas e dos desertos, as dificuldades criadas por um clima frequentemente opressivo, ditaram que, quando as querelas entre os europeus se extremaram no século XIX e as sedes dos poderes coloniais espanhóis entraram em colapso, as elites locais entretanto formadas, aproveitaram a janela de oportunidade para se afirmarem como poderes autónomos, numa lógica de fragmentação política. Isto mau grado os esforços dos grandes “Libertadores”, Bolívar e San Martín, respetivamente no Norte e no Sul, os quais apesar de perseguirem objetivos similares, divergiam completamente quanto à organização política proposta⁴ o que

3 Sobre a ocupação do território consultar *Mid and South America Population*, em roebuckclasses maps, disponível em: <http://www.roebuckclasses.com/maps/placemap/camerica/midandsouthampop.JPG>

4 Bolívar, um crioulo de Nova Granada, almejava uma república federal segundo o modelo norte-americano. San Martín, espanhol de origem e militar de profissão, almejava a legitimidade monárquica, “importando” príncipes europeus, solução aplicada na época, por exemplo, à Grécia.

acabou por impedir a colaboração mútua. O resultado foi a pulverização em nove Estados diferentes e, em muitos casos, tão separados que há quem fale em “arquipélago de países” (Galeano, 2010, p. 363).

Já na América de raiz portuguesa, se as dificuldades eram em muitos casos comuns com a restante América do Sul, a tradição unitária, uma língua diferente e, muito em especial, a presença da corte portuguesa – e de uma força armada treinada nas guerras napoleónicas – durante o período crucial das independências, criou as estruturas governativas próprias de um Estado soberano e, no seu conjunto, possibilitaram uma solução bem diferente. A grande tentativa de sedição de 1817 – a República de Pernambuco – que, de algum modo, replicava o que ia acontecendo nas zonas de dominação espanhola, foi afogada num banho de sangue.

Mesmo após a independência – o império brasileiro⁵ nasceu em 1822 –, as várias tentativas de sedição sofreram tratamento similar, e de um modo geral, foram sufocadas com maior facilidade do que no restante subcontinente.

A fragmentação política e a definição de fronteiras não se fez, é claro, de uma forma pacífica. A forte compartimentação geográfica do território traduziu-se, no caso da América Hispânica, pela ascensão de um grande número de tiranetes locais (os “caudilhos”), ciosos das suas prerrogativas que cedo se hostilizaram, por vezes de forma bastante violenta. Daí, a preeminência das estruturas militares (em particular os exércitos) que, refletindo as estruturas de poder, foram não só instrumentos de domínio interno, como ajudaram a forjar as lealdades necessárias à construção dos Estados. De facto, na América do Sul, os Estados precederam as Nações.

Mesmo no Brasil, as enormes distâncias e as dificuldades de comunicação, deram origem ao mesmo tipo de tiranete local, os conhecidos “coronéis” a quem a autoridade do Estado demorou a impor-se e cujos traços são ainda perfeitamente reconhecíveis em vários locais do Brasil moderno.

De tudo isto resultaram várias guerras e ajustamentos de fronteiras. De todas elas as mais notáveis do ponto de vista geopolítico, são as que culminaram com a criação de dois Estados “encravados”, a Bolívia e o Paraguai, este último na sequência de uma guerra de grandes proporções – em que, veladamente, o que estava em jogo era o controlo da Bacia do Prata –, situações essas que ainda hoje não estão satisfatoriamente resolvidas.

Os Intervencionismos Externos

Depois de ganhar a sua independência de Portugal e de Espanha, os Estados sul-americanos não obtiveram a liberdade que almejavam, longe disso. Os seus impor-

5 O “espírito do tempo” era favorável a soluções imperiais de inspiração napoleónica: mais a Norte, o México autonomizou-se como um império e mesmo o pequeno reino de escravos do Haiti conheceu o seu imperador.

tantes recursos e a sua turbulência interna, facilitaram a partir daí, várias influências neocoloniais: primeiro da Grã-Bretanha – na altura, a maior potência industrial do mundo e carente de mercados – ciosa de conservar para si o monopólio da influência e do acesso a matérias-primas, bem como do controlo das rotas marítimas que contornam o extremo sul do continente, que levou a pressões militares de várias ordens, mas que, sobretudo, consistiram em bloqueios navais como forma de pressão política ou económica, várias vezes secundados por franceses e mais tarde, também por alemães. Esta influência e intervencionismo europeus não tardou a ser substituída, no virar do século XIX para o XX, pela dos EUA que, além de mais próximos geograficamente, se tornaram, por essa época, no maior Estado industrial do planeta.

A lógica foi basicamente a mesma e, por óbvias razões de proximidade geográfica, incidiu especialmente na América Central e nos países ribeirinhos do Norte da América do Sul. A intervenção foi, no entanto, bastante mais longe. De facto, por razões geoestratégicas, os EUA definiram uma extensão da Doutrina Monroe logo em 1904, quando o então presidente Theodore Roosevelt reivindicou o “direito e obrigação” de intervenção norte-americana para pôr cobro a situações de caos local. No mesmo ano, os EUA conseguiram a separação do Panamá da Colômbia e a concessão por um século do canal a construir.

A ingerência norte-americana foi, a partir daí, num crescendo que extravasou a simples proteção dos interesses das empresas norte-americanas, para se tornar numa geoestratégia coerente quando, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, alguns regimes sul-americanos se tornaram simpatizantes do nazi-fascismo, uma ameaça que provou ser mais aparente do que real, mas que motivou uma propaganda em massa e uma política de intimidação por vezes não muito velada.

A pressão norte-americana aumentou ainda mais durante o período da Guerra Fria, quando os EUA sentiram que o bloco soviético se poderia implantar solidamente no subcontinente e materializar uma “aproximação indireta” ao seu próprio território, prejudicando igualmente os seus vitais interesses políticos e económicos. É o período das ditaduras militares anticomunistas, muitas vezes orquestradas a partir de Washington – com grande número de militares latino-americanos doutrinados e treinados na “Escuela de las Americas” por instrutores norte-americanos –, do mesmo modo que as “democracias populares” o foram a partir de Moscovo (Nogueira, 2018, pp. 81-86).

Estas ditaduras – de cariz um pouco diferente das tradicionais ditaduras sul-americanas de natureza personalista e representando interesses conservadores locais (Loveman, 1994) – foram, com o fim da Guerra Fria, progressivamente substituídas por governos mais democráticos e a proverbial omnipresença dos militares na vida pública tem vindo a desvanecer-se.

As Gentes

Fruto, principalmente, da geografia e da História e apesar de todos os esforços, o povoamento da América do Sul continua a concentrar-se nas faixas costeiras, deixando assim vastas zonas quase despovoadas e deprimidas economicamente onde, por vezes, a autoridade do Estado tem dificuldade em afirmar-se. É ainda nessas zonas que alguns dos movimentos armados de oposição aos poderes instituídos subsistem, ou subsistiram até há pouco, em grande parte pelas enormes assimetrias socioeconómicas que tardam a desaparecer.

De facto, a herança do passado pré-colonial e colonial levou a que no subcontinente se encontre um matiz variado de populações: Predominantemente brancos no Cone Sul, mulatos e negros no Nordeste, índios nas montanhas andinas e, refletindo também as duas primeiras realidades, um misto relativamente integrado de populações na outra metade da América do Sul que constitui o Brasil. Daqui decorre uma divisão relativamente clara de regiões étnico-culturais que, partilhando embora a religião católica, se diferenciam pelos valores culturais tal como o psicólogo social Geert Hofstede os definiu (Hofstede Centre, 2018). O mais comum de entre todos eles é, no entanto, a “distância ao poder” que sendo máxima na América Índia, é elevada em todo o subcontinente, assim como elevado é o “feminismo” e a resistência à mudança, esta última refletindo-se em enormes textos normativos – o tamanho das constituições é proverbial.

Esta passividade tem resultado no domínio oligárquico, na corrupção generalizada e na persistência de elevados níveis de pobreza e exclusão social. De facto, uma boa parte das maiorias populacionais têm sido, basicamente não-atores.

As comunicações continuam difíceis e assim permanecerão, presumivelmente, por algum tempo, já que o meio geográfico é fortemente hostil – as montanhas e a floresta equatorial são enormes obstáculos – dificultando a comunicação entre Estados – foi a razão principal para a formação das fronteiras atuais – e, de um modo geral, a comunicação do interior com o mar. Mesmo um interior desenvolvido não goza dos favores de uma rede fluvial como fácil via de comunicação com o mar, logo com o mundo. De facto, ao invés da grande maioria de outros continentes, na América do Sul os rios não foram berço de civilizações.

Os Recursos

Abundante em recursos minerais – objeto dos sonhos mais delirantes de espanhóis e portugueses –, madeiras, cana-de-açúcar e café, para citar apenas alguns, o subcontinente foi objeto de exploração desenfreada por parte dos colonizadores – a prata da América espanhola estava praticamente esgotada à data das independências – e, após estas, viveu vários ciclos económicos, quase sempre dominados por visões de curto prazo, que tiveram como consequência a não diversificação das fontes de riqueza e as subsequentes crises em que mergulharam.

O que se passou no Brasil é, a este título, paradigmático: foi ainda durante o domínio português que se iniciou o ciclo do açúcar – que, em grande parte, justificou a introdução da escravatura e com ela uma mutação da geografia humana e do regime de propriedade – que durou até meados do século XVII – quando os holandeses começaram a comercializá-lo mais barato, a partir das suas possessões no sudeste asiático –, altura em que a economia brasileira foi forçada a diversificar as suas fontes de rendimento.

Ao mesmo tempo que o açúcar perdia centralidade, os minerais preciosos foram emergindo. A descoberta de ouro e diamantes na região que hoje se chama, justamente, Minas Gerais, provocou uma corrida ao ouro similar àquela que ocorreu em circunstâncias semelhantes, mais tarde, em outros locais do mundo. A grande beneficiária foi a Coroa portuguesa, pois à altura da independência, o ouro brasileiro conhecido era apenas residual. Mas a riqueza continua a ser muito grande. Por exemplo, estima-se que o Brasil possua as maiores reservas mundiais de minério de ferro e no Chile o cobre encontra-se à superfície (Atlas Mundial, 1999, pp. 26-27 e 88-107).

Outros ciclos se seguiram ao dos minerais, como o do cacau, o do café – que no Brasil trouxe vagas de emigrantes europeus para a região de São Paulo, desenvolvendo aí, também, o regime latifundiário e que, no plano económico, gerou uma tal dependência que levou o governo, em períodos de baixa de cotação internacional a mandar queimar colheitas para manter os preços – ou ainda o extraordinário ciclo da borracha que se desenvolveu na região amazónica – logo, em especial, no Brasil – criando um enorme surto de riqueza que tornou aquela região inóspita, temporariamente, uma das mais requintadas do mundo, caindo depois na miséria quando as seringueiras, até aí apenas endémicas da região, foram transplantadas para outras regiões do mundo.

Hoje, para além da importância que mantêm alguns recursos que deram origem aos ciclos de dependência económica, o ciclo económico parece estar centrado na exploração de hidrocarbonetos. Nomeadamente a Venezuela, que tem sido conhecida como um “Petro-Estado” está, desde há alguns anos, em pré-falência devido, não só a evidentes erros de gestão, mas também à forte desvalorização do petróleo. Uma transferência do centro de gravidade para o lítio – que se parece perfilar na Bolívia, Chile e Argentina – poderá dar início a um novo ciclo de superabundância.

Mas o subcontinente tem igualmente um enorme potencial agroindustrial que, em boa parte, tem vindo a progredir. Hoje, as principais culturas de exportação são a soja (Brasil) e o trigo (Argentina). Quanto à pecuária, a carne do Cone Sul começou a ser importante a partir de 1880, quando a técnica da refrigeração conjugada com a navegação a vapor permitiu a sua exportação em especial para a Grã-Bretanha – que, é claro, construiu o respetivo caminho-de-ferro para escoamento – exportação

que veio a aumentar muito com a técnica da congelação. Ainda hoje a carne de bovino argentina tem renome e mercado mundial. Como nada é de graça, isto não se fez sem inconvenientes, já que a reserva das terras para a pecuária inviabilizou, na altura e em boa parte, a exploração agrícola, em especial na Argentina. Insistindo na “vantagem comparativa” ricardiana, o país ficou à mercê das crises que afetaram a economia mundial. De facto, em plena Primeira Guerra Mundial, um prego era mais caro que um cavalo... (Landes, 2002, pp. 363-370).

As principais áreas de cultura do milho encontram-se no interior do planalto brasileiro, e nas terras que bordejam na faixa de produção de trigo das pampas argentinas. A banana é intensamente cultivada no Equador (primeiro exportador do subcontinente), e no sul do Brasil. A Argentina é um dos principais países produtores de trigo do mundo. A cultura do cacau assume grande importância na Venezuela e no Brasil que é o terceiro ou quarto produtor e exportador mundial.

A Colômbia, o Equador e o Brasil são grandes produtores de fibras comerciais, sendo este último o principal produtor de algodão bem como de cana-de-açúcar.

Apesar de todo este potencial, as assimetrias sociais gritantes que persistem, continuarão, provavelmente, a conduzir aos resultados de sempre: concentração da riqueza, exclusão da grande maioria e maior afastamento entre os Estados possuidores de riquezas momentaneamente valiosas e as que a natureza deserdou.

Os resultados do fim do ciclo do petróleo que parece aproximar-se, poderão ser tão catastróficos como os que causaram o fim dos ciclos económicos de exagerada monodependência.

De qualquer forma, e apesar dos sonhos de progresso que estiveram em moda no início do século XXI, a América Latina e, com ela, toda a América do Sul, possui um PIB conjunto igual ao da França e do Reino Unido combinados. Se considerarmos que o primeiro conjunto tem 600 milhões de habitantes e o segundo é habitado por 125 milhões (Marshall, 2017, p. 203), é forçoso concluir como esses sonhos estão distantes...

Geopolítica, Teoria e Prática

Apesar da atmosfera geral de apaziguamento e de crescente cooperação, as velhas rivalidades interestaduais e o receio de intervenções de potências exteriores, levam os Estados a sentir necessidade de manter importantes aparelhos militares que, continuam a estar focados no conflito Estado a Estado, na segurança das fronteiras e, em vários casos, na segurança interna.

É claro que esta atitude também radica no tradicionalmente muito relevante papel das instituições militares que, embora mitigado, continua a ser relevante. O Brasil, com cerca de metade do território e da população da América do Sul destaca-se no mar, em terra e no ar. Alguns projetos de cooperação na indústria militar começam a surgir, bem como participações combinadas em operações de apoio à paz.

Foi nos países do sul do subcontinente que a teoria geopolítica de raiz germânica mais frutificou e sobreviveu, mesmo após o seu ocaso na Europa, até porque muitos dos seus teóricos ocuparam, ou estiveram em posição de influenciar altos cargos de direção política. De facto, em quase todo o subcontinente, a geopolítica foi – e continua a ser – um exercício intelectual muito frequente. Alguns países descobriram o seu “Destino Manifesto” através dos pensadores geopolíticos, como através deles viram justificadas as suas pulsões expansionistas ou mesmo hegemónicas num caso, enquanto os mais fracos, em especial os Estados-Tampão que viram as suas fronteiras alteradas em seu detrimento no passado, tentaram descobrir no pensamento geopolítico a “panaceia” contra males futuros.

Também de salientar, o facto de uma boa parte do pensamento geopolítico sul-americano se centrar na “geopolítica interna”, corolário natural das grandes distâncias, dos obstáculos naturais e de um povoamento e desenvolvimento assimétricos, que leva uma boa parte dos autores a concentrarem-se no equilíbrio interno dos Estados, através do desenvolvimento de regiões de difícil acesso ou de fronteira, onde, frequentemente, a soberania dos Estados centrais é mal aceite ou mesmo disputada. Cabe ao Brasil a maior quota de teóricos desde Backeuser a Therezinha de Castro, passando pelos generais Golbery e Meira Mattos (Nogueira, 2018, 147-205).

É claro que num subcontinente em que os Estados são, na maioria, oriundos da América Hispânica, produtos dos interesses de chefes locais que retalharam conjuntos talvez mais lógicos herdados do período colonial, a geografia física e humana continua em demasiadas situações a separar aquilo que o voluntarismo dos homens uniu. Embora “congelados”, muitos conflitos territoriais continuam a existir e alguns Estados são construções completamente artificiais a quem as ameaças de fragmentação podem ressurgir a qualquer momento. Efetivamente, é muito provável que a geografia política da América do Sul não tenha atingido a sua forma definitiva. Daí, certamente, a permanência da teoria geopolítica, daí também as numerosas tentativas de concertação que, vêm determinando, regra geral em desconcertos. O único pensador geopolítico sul-americano à escala global foi o general colombiano Julio Londoño (1901-1980) que, forte integracionista, propunha uma redistribuição do espaço em cinco confederações que, em parte, recriariam os grandes espaços da dominação colonial (Kelly, 1997, p. 9). Uma solução evidente.

De facto, na impossibilidade de manter grandes unidades territoriais, Simon Bolívar sonhou com uma liga de nações que pudesse resistir a qualquer intervenção da antiga metrópole. No Congresso que convocou para a cidade do Panamá em 1826, à ideia da liga impôs-se outra ideia: a de uma associação de Estados independentes na qual nenhum seria mais fraco ou mais forte. Os Estados presentes, México, Federação Centro-Americana (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica), Grã-Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador) e do Peru (incluindo então,

a Bolívia), acordaram no princípio da segurança coletiva, na arbitragem e conciliação como meios de resolução de conflitos. Foram também estabelecidos limites para os efetivos militares de forma a equilibrar os poderes regionais.

A preocupação principal era, então, a Europa monárquica onde imperava a Santa Aliança e cujas declarações de princípios levavam a temer uma intervenção no continente sul-americano. Mas temia-se também o nascente poder dos EUA – os seus delegados chegaram depois de encerrado o Congresso – e igualmente o império do Brasil – que, aliás, se não fez representar – tido como potência reacionária e potencial quartel-general da Santa Aliança contra as repúblicas do Novo Mundo (Escola Superior de Guerra, 2003, pp. 10-11). Se os Estados Unidos pareciam a um tempo protetores e ameaçadores por via do pan-americanismo da Doutrina Monroe, o regionalismo do Brasil parecia apenas ameaçador. Não tardou a demonstrá-lo – entre 1850 e 1909, o Brasil cresceu 937.400 km², uma dimensão próxima do conjunto da Espanha e da França:

Mas no primeiro quartel do século XIX, uma cartada de reconquista espanhola era a mais temida. Desse receio resultaram vários tratados e acordos, nem todos surtindo qualquer efeito prático, mas todos eles acabaram reforçando a tendência regionalista em detrimento da tendência pan-sul-americana. Em 1848, assinou-se um Tratado de Confederação entre o Peru, Bolívia, Chile, Equador e Colômbia. Em 1856, dois novos acordos: Tratado de União dos Estados Americanos entre o Chile, Peru e Equador; e o Tratado de Washington entre Nova Granada, Costa Rica, Guatemala, México, Peru, El Salvador e a Venezuela.

Em 1864 – coincidindo com a tentativa francesa de impor o imperador Maximiliano no México e a Guerra de Secessão norte-americana – materializou-se uma tentativa naval espanhola – é duvidoso que houvesse verdadeira intenção de reconquista por parte de Madrid – sobre as ilhas peruanas e a costa chilena. Os detalhes são confusos e pouco importantes, mas acabou por redundar numa guerra com a Espanha por parte do Peru, Chile, Equador e Bolívia. Daí resultaram mais acordos de união e aliança de que se excluíram o Brasil, a Argentina e o Uruguai, então empenhados na guerra contra o Paraguai.

Nem por isso os conflitos pararam. Em 1889-1890 teve lugar em Washington a Primeira Conferência Internacional Americana que procurou estabelecer as bases de erradicação da guerra, substituindo-a pela “arbitragem entre as repúblicas americanas”. Criava-se a União Internacional das Repúblicas Americanas, sediada em Washington, e que teve mesmo direito a um palácio de mármore, inaugurado em 1910 com o pomposo título de Casa das Américas. Claramente, a primeira tentativa de pan-americanismo à escala continental (Escola Superior de Guerra, 2003, pp. 11-12).

Os grandes conflitos que, a partir daí, assolaram o mundo, não deixaram de mostrar posturas e alinhamentos bem diferentes. A Primeira Guerra Mundial foi, parti-

cularmente sentida no Cone Sul onde um número muito elevado de emigrantes – 27 milhões segundo alguns autores – dos países em luta não deixaram de tomar partido, pressionando os respetivos governos no favorecimento de alguns beligerantes. Na verdade, as visões alemãs de antes do conflito, incluíam como “Estados amigos” todos os Estados sul-americanos do Cone Sul, além da Bolívia (Chauprade, 2003, p. 30). Refletindo este estado de espírito, entre os muitos emigrados alemães a atmosfera de excitação foi levada ao rubro pelos primeiros episódios navais que se travaram à ilharga do Cone Sul. A situação de impasse que o conflito rapidamente atingiu, prolongou a guerra submarina, desorganizando o sistema de transportes marítimos, em especial no Atlântico, algo que teve duros reflexos também na América do Sul.

Foi o caso do Brasil que, apesar de manter a neutralidade, viu navios mercantes seus serem afundados a partir de 1917, quando a Alemanha declarou a guerra submarina sem restrições nas zonas que declarava sob bloqueio. Tendo a Alemanha ignorado os protestos brasileiros, em outubro desse ano o congresso “reconheceu o estado de guerra declarado pela Alemanha”, tendo sido também declarado o estado de sítio nos Estados do sul onde residiam muitos estrangeiros. Em 1918, pequenas forças chegaram a partir para a Europa.

Deste modo, embora de uma forma quase simbólica, o Brasil foi o único Estado sul-americano a participar na Primeira Guerra Mundial e por conseguinte, na Conferência de Paz de Versalhes e a ter, posteriormente, um papel ativo na Sociedade das Nações (SDN) (Thual, 1996, p. 76). Uma vocação geopolítica que excedia o regionalismo e que tentava marcar terreno a nível mundial, manifestava-se pela primeira vez. A diferença em relação aos restantes países sul-americanos, que já vinha de trás, tornava-se mais nítida.

No período entre guerras a América do Sul assistiu ao nascimento e expansão dos partidos comunistas. Apoiados pelo *Comintern* (Communist International), a luta destes partidos desenvolveu-se, fundamentalmente, contra os regimes instalados. Mas a partir de 1935, o comunismo – ou seja, a União Soviética – passou a considerar a Alemanha nazi como seu inimigo principal. Foi assim que, à semelhança do que aconteceu então na Europa (Espanha, França) os partidos comunistas sul-americanos, obedecendo às diretivas de Moscovo, passaram a buscar alianças com os partidos de esquerda moderada, em regimes de “Frente Popular”, relegando para segundo plano a tradicional hostilidade aos Estados Unidos e dirigindo-a contra os regimes simpatizantes com o nazi-fascismo (Thual, 1996, p. 53).

Na verdade, por essa altura, as potências do Eixo procuraram potenciar e mobilizar os numerosos emigrantes que tinham deixado os seus países para se estabelecerem na América do Sul. Em especial no “Cone Sul” – era também aí que existia uma forte ameaça comunista – proliferaram os partidos de extrema-direita que, nalguns casos acabaram por tomar o poder.

Na realidade, tal perigo foi fortemente exagerado, em especial nos EUA no período que antecedeu a sua entrada na Segunda Guerra Mundial. No entanto, alegadamente, um general alemão (von Faupel), foi mesmo encarregado de organizar uma “quinta coluna” ultra direitista nos países do Cone Sul (Adam, 2005, p. 322).

Antes da tomada do poder por partidos de extrema-direita em alguns países e beneficiando de um declínio da hostilidade contra os norte-americanos, talvez também porque se sentia o aproximar de nova tempestade planetária e certamente no rescaldo das recentes guerras entre o Chile e a Bolívia e entre o Peru e o Equador, foi finalmente elaborada a Declaração dos Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana, aprovada na conferência de Buenos Aires de 1936. Nela, os Estados reconheciam a sua igualdade, condenavam a ingerência externa, faziam o panegírico da democracia e da forma republicana de governo, bem como a ilegalidade do uso da força para a cobrança de dívidas ou conquista territorial. Um tratado de Vestefália melhorado, à escala do continente americano que parecia reconciliar o Sul com o Sul e este com o Norte. Assim, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, toda a América do Sul se manteve neutral. Tal foi possível até que o ataque japonês a Pearl Harbour forçou a entrada dos EUA na guerra e todos os Estados do continente se sentiram obrigados a condenar o Japão. Da condenação à guerra foi uma questão de tempo, mas também da progressiva clareza da derrota do Eixo. O Brasil foi aqui, novamente, uma exceção: mesmo com um regime que, em teoria, se aproximava dos populismos fascistas, o Brasil – talvez também pelo receio de que os EUA viessem, de qualquer modo, a ocupar o seu Nordeste, vital para a condução da guerra antissubmarina no Atlântico Sul e onde os norte-americanos vieram realmente a estabelecer bases⁶ – depois de sucessivos torpedeamentos dos seus navios – 33 foram efetivamente afundados –, acabou por declarar guerra às potências do Eixo em 1942. Foi assim que a Marinha Brasileira, sob comando dos EUA, participou na Batalha do Atlântico e um contingente de 25.000 homens partiu para combater em Itália. Foi o único país sul-americano a fazê-lo.

A Argentina, a braços com o justicialismo peronista, também ele próximo do populismo fascista, declarou guerra apenas em 1945 – condição para entrada na nascente ONU –, tarde demais para qualquer participação efetiva. A subida ao poder do general Perón em 1946, declaradamente hostil à Grã-Bretanha e aos EUA, veio isolar ainda mais a Argentina. De todos os países do continente, apenas o Uruguai manteve a sua neutralidade até ao fim da guerra.

Era tempo de ampliar e consolidar os esforços de cooperação anteriores à guerra. Foi assim que, sob o poderoso impulso norte-americano, que desejava tornar permanentes os compromissos saídos da guerra, se assinou no Rio de Janeiro em 1947

6 Parte da chamada “Cintura do Atlântico” que se estendia por 1.700 milhas desde Natal a Dakar.

o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que, com base na “Defesa Hemisférica” – uma variante da Doutrina Monroe – declarava que um ataque contra um dos membros seria considerado um ataque contra todos, um precursor do futuro Artigo V do tratado que a NATO assinaria dois anos depois.

Em 1948, o edifício legal de cooperação internacional interamericana foi coroado com a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) assinada por 21 Repúblicas, sendo seus objetivos, entre outros, a consolidação da paz e da segurança nas Américas, a resolução de conflitos por meios pacíficos e como princípios básicos o respeito pelo direito internacional, e a igualdade entre Estados. De facto, a OEA é uma repartição regional da ONU, com funções equivalentes para o hemisfério americano (Escola Superior de Guerra, 2003, pp.14-16).

Tanto a OEA como o TIAR mostraram ser mais simbólicos do que eficazes. De facto, aquando da guerra das Malvinas, a Argentina invocou o TIAR e exigiu a convocação da OEA, mas os EUA, alegando que o agressor era a Argentina e, como aliados do Reino Unido na NATO, mostraram quão pouco valia a solidariedade interamericana. Após o 11 de Setembro de 2001, os EUA invocaram o TIAR sem grande resultado e na expectativa da guerra do Iraque, o México denunciou o tratado, o mesmo fazendo em 2012 a Bolívia, o Equador, a Venezuela e a Nicarágua, alegando razões semelhantes.

Finalmente, a Distensão. Ou não?

Com o fim do conflito Leste-Oeste, assistiu-se a uma progressiva democratização e ao fim dos governos autoritários, bem como a uma geral distensão nas relações entre os Estados. Embora grande parte dos pontos de desconcerto se mantenham intactos, parece que, pelo menos temporariamente, os Estados da América do Sul “congelaram” a maioria dos seus diferendos territoriais – terminaram, ao que se sabe, os programas nucleares militares da Argentina e do Brasil – e começaram a investir mais seriamente na integração.

Por muitas razões falhado o que poderia ser o “destino manifesto” do Brasil – entre elas as enormes barreiras geográficas – que seria o de transformar-se num país-continente como os EUA – tal destino poderia igualmente ter sido o da Argentina se tivesse sido capaz de manter unido o antigo Vice-Reino do Rio da Prata – rompendo para o Pacífico e dando lugar a uma potência mundial bi-oceânica, a única alternativa à periferia é a da integração regional que, mais uma vez, o Brasil é o único capaz de polarizar.

De facto, o subcontinente possui uma pletora de recursos que, se integrados, poderiam transformá-lo em uma verdadeira sede de poder mundial. Mas as dificuldades continuam lá: as enormes distâncias, as barreiras geográficas, o despovoamento, as assimetrias sociais e uma tradição muito forte e arraigada de desconfiança mútua e de defesa dos interesses nacionais, para mencionar apenas algumas.

Apesar de tudo, reconhecendo que a única via para o progresso é a integração regional, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, decidiram em 1991, criar uma zona de comércio livre, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), organização a que aderiram posteriormente, todos os restantes Estados, tendo em 1995, evoluído para união aduaneira⁷. Em 2004, foi dado mais um passo, desta vez político: em dezembro de 2004, altura em que foi assinado o tratado de Cuzco, foram lançadas as bases para a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – entidade que une, desde 23 de maio de 2008 a quase totalidade dos países da América do Sul, englobando a anterior Comunidade Andina e o MERCOSUL (Tratado de Asunción, 1991).

Foram passos importantes de integração regional e já existem, de facto, alguns indícios de fundo dos seus frutos. Talvez o mais significativo seja a substituição da imigração de origem extracontinental pela imigração regional, lá onde as oportunidades surgem (OECD, 2017).

Mas as divisões não tardaram. No mesmo ano em que se assinava o Tratado de Cuzco, Cuba e os Estados “bolivarianos” criavam uma organização concorrente, a Alternativa Bolivariana para a América (ALBA), alegadamente para se oporem ao projeto norte-americano da ALCA – um mercado pan-americano. No entanto, a morte de Chávez e de Fidel ao mesmo tempo que o petróleo cai a pique, parecem ter assinado o óbito da organização.

Em 2010, nova organização, desta vez incluindo os Estados das Américas Central, das Caraíbas e do Sul. Com a primeira reunião em Caracas em 2011, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas (CELAC) pretende constituir-se como alternativa à OEA – excluindo os EUA e o Canadá. Até agora sem grande êxito, já que as decisões realmente importantes têm sido tomadas pela OEA.

Mesmo a UNASUL já tem os seus solavancos. Em 2016, a propósito da designação do novo Secretário-Geral, a Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Paraguai e o Peru suspenderam a sua participação por um ano. O golpe mortal poderá ser dado pelo novo governo brasileiro que já declarou não ser favorável à continuação da UNASUL.

Com o aparecimento de abundantes jazidas de lítio na Argentina, Bolívia e Chile, um novo teste se desenha: com a riqueza à vista para parte dos herdeiros do antigo Vice-Reino do Rio da Prata e uma perspectiva de cooperação ou competição entre si e com o velho rival chileno, qual será a via escolhida? O Chile já parece navegar noutras águas com a sua adesão à Parceria Transpacífica – participou na Cimeira de Pequim de 2017 – e os seus indicadores económicos e sociais de país do “Primeiro Mundo” que o isolam cada vez mais (se não bastasse a geografia) dos problemas do

7 Em 2016, a Venezuela foi, temporariamente suspensa da organização.

subcontinente. Mas a Argentina e a Bolívia são Estados muito diferentes entre si e ambos hostis, por tradição, ao Chile.

Se a via for a da competição em vez da cooperação, é natural que de novo a América do Sul, tendo em seu solo a fonte dos recursos que poderão vir a mover o mundo, siga com a sua tradição secular de ser pilhada para servir de base para a riqueza de nações em outros continentes. A este propósito, Tim Marshall (2017, p. 205) menciona um facto regional revelador: o ressentimento entre o Chile e a Bolívia ainda é tal, que a Bolívia (produtora de gás) tem uma política em relação ao Chile (carente de gás) de só o vender a este país a troco de concessão de linha de costa. O orgulho nacional impede qualquer solução.

Mudança de Ciclo?

Outros obstáculos, aliás tradicionais, poderão surgir. Antes de mais, será que o grande vizinho do Norte estará disponível para deixar a integração sul-americana acontecer e um novo poder despertar?

Em 2018, tudo parece possível nesse campo. Os EUA estão (temporariamente?) focados em si próprios. O presidente Trump declarou mesmo no seu discurso de posse que os EUA não pretendem mais impor o seu modelo político e económico. O óbvio desinteresse que a explosiva situação na Venezuela tem despertado em Washington nos últimos anos – pouco indo, até agora, além da retórica –, contrasta fortemente com o ativismo intervencionista de anteriores administrações.

É, no entanto, possível que a recente viragem à direita no Brasil, possa transformá-lo numa extensão da mão de Washington na América do Sul e, uma intervenção mais musculada possa vir a ocorrer.

A acontecer, tal intervenção não deixará de levantar um coro de protestos – a começar por extensas franjas da sociedade brasileira –, não apenas dos países ditos “bolivarianos”, já que o Brasil assusta muitos dos seus vizinhos e as brasas dos ressentimentos do passado podem, em qualquer altura, reacender.

De facto, se no passado recente, a América do Sul era dominada por governos de “esquerda” – 7 em 10 – hoje acontece o inverso – apenas 4 em 10 se mantêm formalmente fiéis ao ideário de “esquerda” –, isso não significa qualquer unanimismo, já que o ódio ao “gringo” ainda cala muito fundo. Muito menos significará, julga-se, um alinhamento incondicional com os EUA. Tal nunca aconteceu no passado e quem arrisque esse caminho poderá ver-se marginalizado.

Parece mais provável que o velho “Corolário de Monroe” sirva, fundamentalmente para barrar o caminho a uma potência exterior – a China, é claro – evitando que o “Consenso de Pequim” possa substituir o “Consenso de Washington”, já que a Rússia, na América do Sul, apenas pode gesticular.

Mas, para além dos constrangimentos políticos, económicos e geográficos, a América do Sul continua a sofrer de alguns “pecados” originais. Eles resultam, em boa

parte, nas características das populações autóctones, da origem e natureza dos colonizadores – fundamentalmente dos seus hábitos culturais e religiosos –, na forma como estes organizaram, administraram e desenvolveram (ou não) as atividades económicas, bem como da larga miscigenação que aconteceu em quase todo o subcontinente.

De todo este processo, além de uma cultura riquíssima e multifacetada, desenvolveram-se sociedades extremamente assimétricas onde as elites têm sido capazes, fundamentalmente, de se auto-preservarem – com alguma ajuda do exterior, é certo – e onde a pobreza e a exclusão se têm perpetuado.

De facto, na grande maioria das sociedades sul-americanas, a responsabilidade de cima para baixo é muito escassa, resultando, provavelmente, da pouca homogeneidade das sociedades. Nessas sociedades, existe uma elite, muitas vezes étnica, que é muito mais coesa entre si do que com as largas maiorias de deserdados, normalmente de uma etnia (ou etnias) diferentes. Na América do Sul – talvez em especial no Brasil, que foi, afinal, uma criação inicial de brancos europeus, muitos deles aristocratas – a pobreza tem cor.

Por outro lado, as sociedades sul-americanas são normativas, acalentando a ilusão de subordinar o real ao conceptual que é, aliás, uma tentação das sociedades latinas, particularmente forte na América do Sul

Assim, existe de forma espalhada uma espécie de corrupção endémica. Ela é, de facto, característica de sociedades em que reina a “feminilidade” e se caracterizam também pela grande distância ao “poder” (Hofstede Center, 2018). A combinação é fatal em qualquer parte do mundo, sendo particularmente preeminente na América do Sul, onde se tarda a encontrar poderes políticos que permitam, simultaneamente, o controle de base e a autoridade necessária ao poder. Daí os extremos em que frequentemente estas sociedades têm caído.

Tanto George Kennan como David Landes enfatizaram este ponto, chegando Kennan a recomendar que a corrupção fosse utilizada como arma política já que o grau de corruptibilidade poderia ser um precioso instrumento para “manejar” as elites. Foi o que realmente aconteceu, agravando a sensação de fracasso e de ressentimento contra o exterior. Mesmo que existam culpas próprias, é mais fácil culpar o outro...

Esse ferrete continua, infelizmente, muito presente, bem como persistentes indicadores do medíocre Desenvolvimento Humano (PNUD, 2016) e, em particular na Desigualdade Social. Assim o Brasil, por exemplo, é considerado o “10.º país mais desigual do mundo”, apenas à frente da Colômbia e do Paraguai, embora se mantenha no pelotão dos países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, ocupando o 79.º lugar numa lista de 188 países.

Note-se que o Chile é o único país do subcontinente a ser classificado como tendo um IDH muito alto, ocupando o 38.º lugar na mesma lista.

A tudo isto se junta o problema do narcotráfico que, ajudado pela geografia e baixa ocupação do território, cria verdadeiros “estados dentro do Estado”. O financiamento das guerrilhas, privadas dos seus apoios externos, evoluiu para uma forma de “bandoleirismo” onde o tráfico de droga, o rapto e a extorsão, tornam a fronteira entre a política e o puro banditismo muito ténue e difícil de combater e que acabou por alastrar como uma mancha de óleo.

Foi o que aconteceu, quando o Plano Colômbia dos anos 90 – um apoio em massa ao governo da Colômbia, apresentado em Washington como uma espécie de “Plano Marshall” antidroga –, levou à transferência para Sul de uma parte importante das rotas de narcotráfico passando pelo Equador, Peru e Bolívia (Livingstone, 2004, pp. 123 e 130).

Desta forma as redes estenderam-se ao Brasil, onde se implantaram verdadeiros bastiões urbanos que mantêm milhares de brasileiros – em especial os mais pobres habitantes das favelas – reféns dos “barões” da droga e criando um clima geral de insegurança que convida ao aventureirismo.

Os povos da América do Sul continuam, afinal, muito próximos da maldição prevista por Bolívar: “Nunca seremos felizes, nunca” (Galeano, 2010, p. 364).

De facto, o presente parece repetir o passado. Da típica fragmentação que resultou das independências, da desunião com que os Estados enfrentaram as guerras mundiais, da divisão em dois campos nos tempos da Guerra Fria, das diferentes posturas perante a Guerra das Malvinas/Falklands, o que ressalta é um continente continuamente dilacerado. Mesmo as tentativas de concertação económica acabam por soçobrar perante modelos alternativos e ideologicamente rivais.

Perante uma nova Guerra Fria, a América do Sul – como toda a América Latina, aliás – realinha-se em dois campos, como parecem provar as díspares atitudes face à crise na Venezuela. A Geografia, a História e a Cultura, continuam a ditar diferentes alinhamentos geopolíticos.

Um arquipélago de países?

Bibliografia

Adam, T., ed., 2005. *Germany and the Americas: Culture, Politics, and History*. Santa Barbara, Denver, Oxford: ABC-CLIO, 3 Vol..

Atlas Mundial, 1999. *América do Sul*. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo.

Chauprade, A., 2003. *Géopolitique: Constantes et changements dans l’histoire*, 2^e édition. Paris: Ellipses.

Cohen, S., 2003. *The Geopolitics of the World System*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

Escola Superior de Guerra, 2003. *Geopolítica: Enfoques Temáticos*. Leituras Seleccionadas, LS 833/03. Rio de Janeiro.

- Friedman, G., 2012. The Geopolitics of Brazil: An Emergent Power's Struggle with Geography. *Stratfor* [online], 10:59 GMT, 13 de maio. Disponível em: <http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-brazil-emergent-powers-struggle-geography> [Consultado em 1 junho de 2016].
- Galeano, E., 2010. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Editores.
- Hofstede Center, 2018. Country Comparison. *The Hofstede Center* [online]. Disponível em: geert-hofstede.com/countries.html
- Kelly, P., 1997. *Checkerboards and Shatterbelts, The Geopolitics of South America*. Austin: University of Texas Press.
- Landes, D., 2002. *A riqueza e a pobreza das nações. Porque são algumas tão ricas e outras tão pobres*, 5.ª e 6.ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- Livingstone, G., 2004. *Inside Colombia: Drugs, Democracy and War*. Rutgers University Press.
- Loveman, B., 1994. "Protected Democracies" and Military Guardianship: Political Transitions in Latin America, 1978-1993. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 36(2), pp. 105-189.
- Marshall, T., 2017. *Prisioneiros da Geografia: dez mapas que lhe revelam tudo o que precisa saber sobre política internacional*. Lisboa: Ed. Desassossego.
- Nogueira, J., 2018. *A Geopolítica no início do século XXI. A América do Sul em Contexto*. Curitiba: Editora CRV.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2017. *International Migration Outlook 2017*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://doi.org/10.1787/migr_outlook-2017-en [Acedido em 4 dezembro 2017].
- Roebuckclasses maps. *Mid and South America Population*. Roebuckclasses.com. Disponível em: <http://www.roebuckclasses.com/maps/placemap/camerica/midandsouthampop.JPG>.
- Thual, F., 1996. *Géopolitique de l'Amérique Latine*. Paris: Economica.
- Tokatlian, J. G., 2015. Latin America between Kennan and Obama. *Project Syndicate* [online], 5 de maio. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/foreign-policy-us-latin-america-by-juan-gabriel-tokatlian-2015-05?barrier=accesspaylog> [Acedido em 7 de maio de 2018].
- Tratado de Asunción, 1991. Tratado para la Constitución de un Mercado Común (Tratado de Asunción), 26 de marzo de 1991. *MERCOSUR* [online]. Disponível em: http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=0GXnoF+V0qWCz+EoiVAAdUg%3d%3d&em=lc4aLYHVB0dF+kNrtEvsmZ96BovjLlz0mcrZruYPcn8%3d
- United Nations Development Programme (UNDP), 2016. *Human Development Report 2016. Human Development for Everyone*. UNDP, Nova Iorque. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf